

DESASTRES NATURAIS: A IMPORTÂNCIA DA ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA E DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A GESTÃO DO DESASTRE

Natural disasters: the importance of humanitarian assistance and the price registration system for disaster management

Renann Inácio Rita

3º Sargento do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina. Bacharel em Administração pela Universidade Estácio de Sá. e-mail: renanninaco@gmail.com

Alexandre Argolo Sampaio

Subtenente do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina. Graduado em Serviço Social pela Universidade do Estado de Santa Catarina, 2004. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina, 2009. Email: alerme70@gmail.com

RESUMO

Os desastres naturais são eventos extremos e repentinos causados por fatores ambientais que ferem pessoas e danificam propriedades. Terremotos, tempestades de vento, inundações e doenças atingem qualquer lugar da Terra, muitas vezes sem aviso. A pesquisa sobre desastres naturais tem se desenvolvido desde o método dos físicos até a perspectiva do ambiente social. No entanto, o planejamento e a gestão ainda seguem o paradigma antropocêntrico da superioridade humana e do poder infinito da ciência e da tecnologia. Este artigo realiza um estudo bibliográfico do pensamento hegemônico, que restringe os processos de gestão, comunicação e educação do risco de desastres aos conhecimentos e medidas técnico-científicas e, por um lado, constitui uma tomada de decisão através da estratégia de assistência humanitária com base no sistema de registro e preços.

Palavras-chave: Desastres Naturais; Assistência Humanitária; Registro de Preços.

ABSTRACT

Natural disasters are sudden and extreme events caused by environmental factors that injure people and damage property. Earthquakes, windstorms, floods and diseases strike anywhere on Earth, often without warning. Research on natural disasters has developed from the physicists' method to the perspective of the social environment. However, planning and management still follow the anthropocentric paradigm of human superiority and the infinite power of science and technology. This article carries out a bibliographic study of hegemonic thinking, which restricts the processes of management, communication and education of disaster risk to technical and scientific knowledge and measures and, on the one hand, constitutes decision-making through the humanitarian assistance strategy based on in the registration and pricing system.

Keywords: Natural disasters; Humanitarian Assistance; Price Registration.

1 INTRODUÇÃO

Os processos naturais da terra que levam a efeitos adversos são desastres naturais. Terremotos, vulcões, inundações, tsunamis e outros processos geológicos são desastres naturais.

Os efeitos adversos em uma área de população vulnerável resultarão em desastres. O desastre natural pode causar perda de vidas ou danos à propriedade. A liberação repentina de energia na crosta terrestre que é capaz de criar ondas sísmicas resulta em terremoto.

O transbordamento de água submerge a terra seca chamada Flood. A coluna giratória perigosa da terra que está em contato com a nuvem e a superfície da terra é tornado. A maioria dos desastres naturais são desastres meteorológicos e desastres menores são eventos geofísicos.

Nesse contexto, examinar vários problemas após desastres é importante para as pessoas afetadas. Portanto, o presente estudo teve como objetivo, analisar os desafios e barreiras da gestão da ajuda humanitária na ocorrência de Desastres Naturais.

O trabalho reflete uma pesquisa bibliográfica, através de uma abordagem qualitativa. A análise qualitativa é menos formal do que a análise quantitativa, pois nesta última seus passos podem ser definidos de maneira relativamente simples. Depende de muitos fatores, tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação. Pode-se, no entanto, definir esse processo como uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório.

O trabalho está dividido em três subtópicos, sendo o primeiro focado em ação humanitária que pretende apresentar os conceitos de assistência humanitária, o segundo gestão de desastres que apresenta as diversas formas de como efetuar a gestão de tragédias e finaliza com a assistência humanitária em Santa Catarina, apresentando como a Defesa Civil de Santa Catarina contratou os itens de assistência humanitário para entrega as famílias atingidas por desastres.

2 DESASTRES NATURAIS

A Estratégia Internacional das Nações Unidas para a redução de desastres define desastre como uma séria interrupção do funcionamento de uma comunidade ou sociedade envolvendo material, econômico ou perdas e impactos ambientais que excede a capacidade do afetado comunidade ou sociedade para lidar com seus recursos próprios. (ALVES et al, 2010)

Desastres são frequentemente descritos como resultado da combinação de: a exposição a um perigo; as condições de vulnerabilidade que estão presentes; e capacidade insuficiente ou medidas para reduzir ou lidar com os potenciais e consequências negativas. Desastre pode incluir perda de vidas, ferimentos, doença e outros efeitos negativos sobre bem-estar físico, mental e social humano, juntamente com danos à propriedade, destruição de bens, perda de serviços, social e perturbação econômica e degradação ambiental.

Um desastre perturba o padrão normal de vida, causando sofrimento emocional e uma sensação avassaladora de desamparo e desesperança.

Os desastres naturais são fenômenos cada vez mais percebidos, pode ter um impacto direto no bem-estar de uma região onde atinge e também os indicadores específicos de domicílios nessas áreas. Dependendo de onde vivem, furacões, terremotos, inundações, secas, etc, são ameaças a vidas, propriedades, ativos produtivos e também pode ter um impacto nos indicadores sociais. (BRAGA et al., 2006)

A crescente incidência de desastres naturais está altamente correlacionada ao aumento da vulnerabilidade de famílias e comunidades em países em desenvolvimento.

vulnerabilidades sócio econômicas podem exacerbar o impacto de um desastre natural, tornando mais difícil o processo de recuperação. Assim, o impacto de tais eventos podem resultar em um aumento imediato da pobreza e privação (BRAGA; OLIVEIRA; GIVISIEZ, 2006)

O impacto de um desastre natural também pode causar desigualdades. A população economicamente vulnerável, que sofre de flutuações de renda, e também têm acesso limitado a serviços financeiros, no rescaldo de um desastre pode ser mais propenso a reduzir o consumo e ter um choque decrescente em outros indicadores domésticos como consequência.

Além disso, há uma série de não economicamente vulneráveis, ou perto de ser, que não estão segurados contra esses riscos, e então podem cair em pobreza como consequência da descapitalização ao enfrentar o choque, dependendo do impacto e probabilidade de cair na fatia de economicamente vulnerável dos ativos do estoque inicial e enfrentamento mecanismos. (ALVES et al, 2010)

A vulnerabilidade a desastres naturais é uma questão complexa, pois é determinada pela estrutura econômica, o estágio de desenvolvimento, prevalecendo de aspectos sociais e econômicos condições, mecanismo de enfrentamento, avaliação de risco, frequência e intensidade dos desastres, etc. O impacto sobre a população economicamente vulnerável pode ser a perda de acesso a alguns serviços básicos, reversões em acumulação de capital físico e humano, e talvez um aumento do trabalho infantil e atividades criminosas

Maior e Candido (2014, p. 248) “destacam a importância de determinar o impacto e o agentes afetados em desastres naturais”. Em primeiro lugar, essa informação é útil para os formuladores de políticas, como podem saber a necessidade de ajuda externa e qual pode ser mais eficaz; segundo, segmentos específicos de afetados podem ser identificados, e. como família de baixa renda são afetados, etc); e terceiro, também pode ser útil para o planejamento de assistência para desastres e as consequências potenciais. (ALMEIDA, 2010)

Uma das principais questões sobre o impacto dos desastres naturais nas famílias ou localidades é o quão aleatórias elas podem ser, Silveira (2010) também descreve como o impacto de desastres naturais deve levar em consideração outros mecanismos, como práticas de mitigação, preparação para emergências, assistência, etc, para determinar o real impacto.

2.1 AÇÃO HUMANITÁRIA

As crises humanitárias incluem desastres naturais e humanos. O seu impacto é cada vez mais grave, associado a uma série de fatores, como a natureza mutável do conflito, as alterações climáticas, o aumento da competição pelo acesso à energia e aos recursos naturais, a pobreza extrema, a má governação e situações de fragilidade. (SANTOS JUNIOR et al., 2016)

As principais vítimas são civis, geralmente os economicamente mais vulneráveis, entre eles, morando principalmente em países em desenvolvimento. As crises humanitárias levaram a um grande número de pessoas deslocadas, tanto refugiados como deslocados internos.

Os atores humanitários enquadram seu trabalho em uma abordagem baseada em direitos. Assistência humanitária, é fundamental para vítimas de desastres e outras emergências.

Isso significa que as pessoas afetadas por desastres têm o direito de solicitar e receber assistência e proteção de governos, que detêm a responsabilidade principal para fornecer tal assistência e proteção. (SANTOS JUNIOR et al., 2016)

Os princípios humanitários, Imparcialidade, Neutralidade e Independência, são quatro dos princípios fundamentais do Movimento da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho e estão incorporados no Direito Humanitário.

Os princípios humanitários fornecem a base da ação humanitária e são essenciais para garantir o acesso às populações afetadas. Além disso, o cumprimento das normas humanitárias, princípios na resposta humanitária são essenciais para uma coordenação eficaz. (ALMEIDA, 2010, p. 657)

A ajuda humanitária é prestada em situações em que outros instrumentos relacionados com a gestão de crises, a proteção civil e a assistência consular também podem ser utilizadas. Assim, está empenhada em garantir a coerência e a complementaridade na sua resposta às crises, utilizando da forma mais eficaz os vários instrumentos mobilizados. Por conseguinte, deve intensificar os esforços para aumentar a sensibilização e ter em conta os princípios e considerações humanitárias de forma mais sistemática no seu trabalho nas suas instituições. (ALVES et al, 2010)

Abordar as questões de velocidade e qualidade é fundamental para a entrega eficaz da ajuda humanitária. Como doadores, temos a responsabilidade de garantir que a ajuda entregue represente a melhor opção disponível e seja adequada para o propósito a que se destina.

Portanto, a ação humanitária deve seguir um conjunto de padrões e princípios reconhecidos internacionalmente. Estes foram encapsulados no "Código de Conduta para o Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho e Organizações Não Governamentais em Ajuda em Desastres" e amplamente incorporados na "Carta Humanitária". (ALMEIDA, 2010, p. 67)

As políticas nas diferentes áreas setoriais de intervenção de ajuda humanitária, tais como saúde, nutrição, água e saneamento, apoio e proteção aos meios de subsistência, devem ser adaptadas ao contexto e aos destinatários para ter o máximo impacto.

O "princípio de não causar danos" é o requisito mínimo subjacente a tais políticas e abordagens de ajuda, o que também significa que considerações ambientais e outras considerações de longo prazo devem ser levadas em consideração desde o início, mesmo em intervenções de emergência de curto prazo. (ALMEIDA, 2010)

A responsabilização no contexto da ajuda humanitária abrange tanto a responsabilização perante os cidadãos pela boa utilização dos fundos públicos, como a responsabilização perante os necessitados nos países que enfrentam crises humanitárias, para garantir que a ajuda está devidamente adaptada às circunstâncias e é prestada de uma forma que aumenta as perspectivas de recuperação. (SANTOS JUNIOR et al., 2016)

Insumos qualitativos e indicadores de desempenho, critérios de eficácia de custo (por exemplo, despesas gerais em proporção à ajuda que vai para os beneficiários) e, na medida do possível, uma abordagem participativa com as populações locais nas várias fases dos programas de assistência, especialmente em crises prolongadas, são todos elementos que irá considerar cuidadosamente.

Uma abordagem de qualidade exige um alto nível de garantia de parceiros por meio da aplicação de critérios de elegibilidade de parceiros e monitoramento de desempenho durante a implementação da operação. Essas garantias de qualidade devem ser alcançadas pelos parceiros, levando em consideração seu tamanho e grau de especialização. (ALVES et al, 2010)

Medidas de responsabilidade, portanto, incluem controle financeiro e relatórios sobre operações humanitárias, avaliação e medição de resultados e eficácia, análise de custo e impacto de diferentes opções de resposta, garantia de qualidade, transparência, abordagens participativas para assistência e comunicação. (ALMEIDA, 2010, p. 7)

Avaliações regulares e exercícios de lições aprendidas que analisam a resposta a crises específicas são componentes valiosos para aumentar a eficácia da ajuda humanitária. Por conseguinte, trocar informações sobre o planejamento da avaliação, resultados e respostas, incluindo sobre a qualidade da parceria, e realizar exercícios conjuntos de lições aprendidas em resposta a grandes crises que envolvem vários doadores. Deve rever coletivamente a sua prestação global de ajuda humanitária regularmente, sempre que possível numa base anual.

Thomas e Kopczak (2007) acreditam que Desastres naturais e situações de conflito trazem sofrimento humano indescritível às populações civis. Comunidades afetadas por enchentes, secas, fome ou guerra podem ter perdido seus meios de subsistência, casas e seus entes queridos.

Há, portanto, uma série de vulnerabilidades enfrentadas por sobreviventes de emergências humanitárias e, de fato, a arquitetura de resposta humanitária foi criada para responder a essas necessidades por meio da oferta de programas de proteção, apoio psicossocial, programas de saúde,

distribuição de alimentos e transferências em dinheiro, o fornecimento de alojamento temporário em abrigo, etc. (ALVES et al, 2010)

Os desastres afetam as comunidades de várias maneiras. Seu impacto nos cuidados de saúde a infraestrutura também é multifatorial. O evento de desastre pode causar um número de mortes. Além disso, o grande número de feridos e doentes frequentemente exceder os cuidados de saúde da comunidade local capacidade de entrega. (SANTOS JUNIOR et al., 2016, p. 44)

A capacidade da comunidade cuidar das pessoas afetadas é frequentemente reduzido porque profissionais, clínicas e hospitais foram afetados ou destruídos. Isso vai têm consequências de longo prazo, levando a morbidez e mortalidade aumentadas.

2.2 GESTÃO DE DESASTRES

O envolvimento e a colaboração da comunidade em todas as fases da gestão de desastres são essenciais para o sucesso da gestão de desastres. Porém, o tipo de atendimento pode variar de acordo com as características de cada país.

Na maioria dos casos, agências de ajuda nacionais e internacionais fornecem assistência técnica e financeira às vítimas após um desastre. Após os desastres, as organizações humanitárias mobilizam uma grande quantidade de ajuda para a área do desastre. No entanto, a distribuição desses recursos cria muitos desafios, como tempo, custo, cobertura e elegibilidade. (THOMAS E KOPCZAK, 2007, p. 77)

Desastres extremos como tempestades, terremotos, tsunamis e erupções vulcânicas frequentemente trazem atos extraordinários de ajuda. Durante a ajuda humanitária, os doadores querem gastar seu dinheiro para aliviar o sofrimento imediato.

Segundo Gregório (2012), a competição de agências de ajuda por recursos de doadores pode ser considerada uma barreira para a colaboração e cooperação. A distribuição de ajuda humanitária está relacionada a muitas atividades, como envolver um grande número de partes interessadas na gestão de desastres, enorme esforço e diferentes processos.

A distribuição de ajuda humanitária está associada a muitas atividades, como acesso a informações atualizadas e apropriadas para uma comunicação eficaz, a fim de estimular a colaboração e melhorar a integração. Em relação à gestão de desastres, várias partes interessadas estão envolvidas na gestão da distribuição de ajuda humanitária.

As partes interessadas, como Organizações Governamentais (GOs), Organizações Não Governamentais (ONGs), voluntários e setores privados são responsáveis pela gestão da ajuda humanitária às vítimas de desastres. (ALVES et al, 2010)

Além disso, a colaboração e a coordenação são consideradas os fatores mais importantes na gestão de doações durante desastres. No entanto, a ajuda humanitária em diferentes situações é sempre acompanhada de muitos

desafios. Devido à falta de engajamento político, a manipulação por parte das autoridades estatais pode resultar em intervenções de ajuda perversas.

A falta de educação apropriada para ajuda humanitária durante desastres é considerada um dos principais desafios. Pessoas, gerentes, equipes de socorro e benfeitores não tinham o conhecimento adequado sobre ajuda humanitária. Visto que diferentes organizações com diferentes potencialidades, capacidades, deveres e interesses participam da assistência humanitária, é necessário focar na melhoria dos desempenhos, desenhando os padrões e educações, e promovendo os cursos educacionais por meio do compartilhamento de sua experiência na etapa de preparação. (SANTOS JUNIOR et al., 2016, p. 66)

A existência de diferentes fontes de radiodifusão, fabricação de rumores e propagadores é considerada um dos desafios do estudo devido à falta de educação e regulamentação das fontes de notícias e seu controle.

A confiabilidade das informações e o enfrentamento de boatos são tidos como as principais preocupações na fase de resposta aos desastres, pois as redes sociais podem apresentar informações inautênticas, boatos e notícias fictícias pela falta de qualquer processo de controle e pela baixa qualidade das informações. Portanto, a educação adequada à mídia somada a uma supervisão governamental parece fundamental. (SANTOS JUNIOR et al., 2016)

As barreiras de comunicação na entrega de ajuda humanitária foram enfatizadas por alguns participantes. Hoje, as redes sociais são muito abrangentes e desempenham um papel significativo na criação de comunicação e coordenação entre as organizações assistentes devido à sua rápida difusão de informações. As ONGs e voluntários podem usar as redes sociais para coletar doações no menor tempo possível. (ALVES et al., 2010)

Para Gregório (2012), a coleta de informações exatas, autênticas e eficazes é considerada um dos fatores-chave no processo de distribuição de ajuda humanitária em casos de desastres. Assim, deve-se prestar atenção aos relatórios irreais e inautênticos, que podem afetar negativamente o processo de participação na entrega e distribuição de ajuda humanitária.

Gerenciar a ajuda humanitária durante desastres é naturalmente difícil devido à variedade de beneficiários. Nesses casos, receber e compartilhar informações sobre as infraestruturas e fornecer os recursos necessários são importantes para uma resposta eficaz e as redes sociais podem obter informações sobre o número de pessoas afetadas pelos desastres através da internet e torná-las acessíveis para uma rápida e eficaz resposta. (SANTOS JUNIOR et al., 2016, p. 77)

As doações devem ser consistentes com os requisitos dos destinatários e não com as preferências dos doadores. Mobilizar as ajudas sem necessidade de avaliação leva ao acúmulo de abundantes fontes desnecessárias nas áreas afetadas. Além disso, ignorar as necessidades de grupos vulneráveis como mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência no momento dos desastres são considerados outra barreira para o gerenciamento de ajudas e doações durante os desastres. Esses grupos podem não ser capazes de suprir

suas necessidades devido a limitações culturais, religiosas e outras limitações pessoais (SANTOS JUNIOR et al., 2016)

A falta de confiança dos doadores nas instituições governamentais é uma das principais barreiras para o gerenciamento de doações, o que faz com que as doações sejam coletadas por meio de indivíduos não oficiais, como celebridades, o que pode resultar no mau uso do que foi fornecido.

Outro impedimento estrutural em relação às doações em desastres está relacionado à falta de respeito pelas crenças e valores culturais das pessoas afetadas. Nesse sentido, as doações não serão utilizadas se não forem congruentes com a cultura daquela comunidade após o envio para as áreas afetadas. (SANTOS JUNIOR et al., 2016)

A importância da segurança alimentar e da alimentação foi enfatizada na estrutura de Sendai e nos objetivos de desenvolvimento sustentável. A falta de preocupação com a variedade de alimentos nas ajudas mobilizadas é apontada como outro desafio proposto pelos participantes. (SANTOS JUNIOR et al., 2016, p. 77)

É necessário garantir a variação dos alimentos e o consumo dos nutrientes favoritos dos nutrientes, principalmente nos primeiros dias após os desastres. Desigualdades e injustiças na distribuição e pressa para os centros distribuidores são apontadas como alguns desafios para a distribuição de sida. Em relação à inevitabilidade da identificação e registro dos beneficiários, parece necessário que os participantes adotem uma estratégia de distribuição controlada e justa. (SANTOS JUNIOR et al., 2016)

Alimentos e medicamentos são as primeiras prioridades no planejamento para maximizar a segurança em desastres e devem ser acomodados em um local seco e fresco com sistemas de ar condicionado

Além disso, alguns mencionaram que a coordenação entre organizações humanitárias é um grande desafio na gestão de doações. A falta de comprometimento da gestão, a estrutura organizacional inadequada para o compartilhamento do conhecimento, bem como a falta de uma política e planejamento especificados são considerados as principais barreiras para a coordenação. Além disso, estabelecer uma abordagem de cluster e subgrupos de rede na região afetada pode levar à contribuição da coordenação e colaboração na gestão de doações humanitárias. (ALVES et al, 2010)

Visto que o governo desempenha um papel fundamental na organização e coordenação das operações de assistência humanitária, a autorização gera uma capacidade potencial de resposta aos desastres com base na lei e na. A gestão integrada dos processos, políticas e legislações pode desempenhar um papel fundamental na gestão da aids entre as pessoas. Além disso, organizar e coordenar a participação efetiva do governo e benfeitores pode aumentar as oportunidades de resposta a desastres e vítimas. (SANTOS JUNIOR et al., 2016)

Além disso, fornecer segurança nas áreas afetadas é considerado um dos principais problemas relatados por alguns participantes. Além disso, a insegurança traz desafios para as organizações humanitárias e coloca em risco os distribuidores de sida e as pessoas.

Distribuir ajudas por meio da adoção de uma gestão consistente de direitos provisórios, como custódia, sistema de transferência qualificado e acesso justo a ajudas pode ser eficaz no gerenciamento de doações e prevenção de forragem por ladrões.

2.3 GESTÃO DE ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA EM SANTA CATARINA

O atendimento humanitário às populações atingidas por desastres, inicia-se tão logo as autoridades competentes tomem conhecimento da situação que as afetou. O acionamento dos planos de contingência, podem dar início a complexos processos de acolhimento de grupos de pessoas em abrigos previamente estipulados, que envolvem desde monitoramento da segurança interna dos ambientes, passando pela limpeza, produção de alimentos, fornecimento de água potável e instalação de dormitórios provisórios. Ou ainda, pode ensejar o fornecimento de Itens de Assistência Humanitária, tais como telhas, reservatórios de água, madeira para recomposição dos telhados afetados por granizo, vendavais, ou neve, dentre outras possibilidades. Necessariamente, os órgãos competentes, podem até serem surpreendidos pelas dimensões de determinado evento, no entanto, jamais poderão ser por ele, imobilizados.

Especificamente, a defesa civil catarinense, desde o ano de 2014, adotou o processo de registro de preços, como mecanismo prioritário para a aquisição de itens de assistência humanitária, para o fornecimento de diversos produtos e materiais, em situações em que há pessoas afetadas em municípios que tenham decretado situação de emergência ou estado de calamidade pública.

O sistema de registro de preços, previsto no artigo 15º, da lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consiste em um conjunto de procedimentos que possibilitem o registro formal de preços referentes à aquisição de bens ou prestação de serviços, sem necessariamente adquiri-los, e somente o fazendo, em caso de necessidade, e na medida exata, sem necessidade de formar estoques prévios e sem desperdícios de mercadorias.

A defesa civil catarinense, neste ano de 2021, conta com uma ata de registro de preços, construída a partir de projeções estimadas, considerando os eventos ocorridos nos últimos 10 anos em nosso Estado. São vinte e cinco itens (Anexo A), compostos por itens de higiene pessoal, limpeza de ambientes, alimentos para consumo imediato sem necessidade de cozimento, cestas de alimentos com capacidade para manutenção de núcleos familiares de 4 pessoas por períodos de 7 ou 14 dias, telhas, pregos, reservatórios de água, água, e uma gama de produtos que podem ser conferidos no Anexo A, cada qual destinado a situações específicas de vulnerabilidade das pessoas afetadas.

Não está erradicada, em situação de desastres, o processo de aquisição através de dispensa de licitação, no entanto, esta será uma exceção, pois deve prevalecer o sistema de registro de preços, como mecanismo prioritário de aquisição de itens ou serviços.

A assistência humanitária, diferente da assistência social, é universal, ou seja, toda pessoa afetada, independente de sua condição socioeconômica,

deverá ser atendida imediatamente após o desastre que a afetou, a menos que esta dispense o atendimento.

As pessoas atendidas, deverão ser previamente elencadas pela assistência social e/ou defesa civil do município que residam, através dos mecanismos de controle previamente estipulados, com a finalidade da composição da devida prestação de contas subsequente ao processo de fornecimento do material.

3 CONCLUSÃO

A gestão da ajuda humanitária durante desastres tem muitos desafios. A adoção de uma gestão eficiente e de políticas adequadas para ajudas humanitárias e doações, bem como a eliminação de barreiras estruturais e políticas, pode melhorar o desempenho da gestão.

Desenvolver a educação pública e avaliar as necessidades com base em fatores culturais, bem como supervisionar e esclarecer as ajudas pode ajudar a reduzir os desafios e barreiras. É essencial estabelecer uma agência líder com autoridade suficiente para supervisionar a coleta, transporte e distribuição de ajuda humanitária e gestão de doadores.

Visto que envolver uma variedade de organizações e indivíduos, especialmente as celebridades, na coleta e distribuição de tais auxílios pode levar a algumas fontes de uso indevido e, às vezes, abuso, é recomendado que o governo forneça treinamento e preparação adequados para sua intervenção e supervisão, adotando leis relacionadas.

O sistema de registro ajuda a gerenciar esse problema, prevendo itens de qualidade que não ficam sob o estoque da Administração, trazendo economicidade aos cofres públicos e entregando produtos de qualidade ao cidadão atingido por desastres. Grupos vulneráveis como idosos, crianças, moradores de rua, pessoas com deficiência e mulheres grávidas devem ser considerados na distribuição da ajuda. Finalmente, o treinamento de autoridades locais e curadores deve ser destacado nos planos de preparação.

Além disso, essas descobertas, como um documento científico, estarão disponíveis para gerentes de ONGs envolvidas em resgate e ajuda humanitária e gestão de ajuda humanitária para uso no campo. O conhecimento gerado por este estudo pode levar à conscientização de formuladores de políticas e gestores em outros municípios e estados sobre os desafios da gestão da ajuda humanitária e ajudá-los a se prepararem e responderem melhor a desastres futuros.

REFERÊNCIAS

ALVES, Humberto Prates da Fonseca et al. Dinâmicas de urbanização na hiperperiferia da metrópole de São Paulo: análise dos processos de expansão urbana e das situações de vulnerabilidade socioambiental em escala intraurbana. **Rev. Brasileira de Estudos Populacionais**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 141-159, 2010, Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-30982010000100009>. Acesso em: 5 out. 2021

ALMEIDA, Lutiane Queiroz de **Vulnerabilidade socioambiental de rios urbanos**: bacia hidrográfica do Rio Maranguapinho região metropolitana de Fortaleza-Ceará. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/104309?show=full>. Acesso em: 5 out. 2021

BRAGA, Tânia Moreira; OLIVEIRA, Elzira Lucia de; GIVISIEZ, Gustavo Henrique Naves. Avaliação de metodologias de mensuração de risco e vulnerabilidade social a desastres naturais associados à mudança climática. **Perspect**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 81-95, jan.-mar. 2006.

GREGORIO, L. T. D. **Função de Logística na Resposta a Desastres**: Estruturação da Administração de Doações. PROJETO SHS – Solução Habitacional Simples. Rio de Janeiro, 2012

MAIOR, Mônica Maria Souto; CANDIDO, Gesinaldo Ataíde. Avaliação das metodologias brasileiras de vulnerabilidade socioambiental como decorrência da problemática urbana no Brasil. **Cad. Metrop.**, São Paulo, 2014 .

THOMAS, A.; KOPCZAK, L.R. Life-saving supply chains – challenges and the path forward. In: Lee, H.L. and Lee, C.-Y. (Eds). **Building Supply Chain Excellence in Emerging Economies**, Springer, New York, 2007 THOMAS, A. S. Humanitarian Logistics: Enabling Disaster Response. Fritz Institute, 2003.

SANTOS JUNIOR; A. F. dos, et al. Aplicação de Drones na Logística Humanitária. *In*: Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 12; INOVARSE, 3, 2016, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Logística, 2016.

SILVEIRA, H. Estudo da degradação e do impacto socioambiental na Bacia do Córrego Osório, Maringá – Paraná. **Revista Geografar**. Curitiba, 2010

ANEXO ALista dos Materiais adquiridos por Registro de Preços pela
Defesa Civil de Santa Catarina

PORTARIA Nº 41, de 20 de agosto de 2020.

- I - Item 01 – água potável, vasilhame de 5 Litros;
- II - Item 02 – cestas de produtos de pronto consumo;
- III - Item 03 – cestas básica de alimentos;
- IV - Item 03 "A" – cestas básica de alimentos;
- V - Item 04 – pastilhas purificadoras de água;
- VI - Item 05 – kit para higiene pessoal;
- VII - Item 06 – kit para limpeza doméstica;
- VIII - Item 07 – kit de acomodação para solteiro;
- IX - Item 08 – kit de acomodação para casal;
- X - Item 9 – colchão inflável;
- XI - Item 10 – colchão inflável casa;l
- XII - Item 11 – lona para cobertura;
- XIII - Item 12 – cumeeiras para telha de fibrocimento ondulado de 4mm;
- XIV - Item 13 – cumeeiras para telhas de fibrocimento ondulado de 6mm;
- XV - Item 14 – prego telheiro para telha de fibrocimento de 4mm;
- XVI - Item 15 – prego com cabeça;
- XVII - Item 16 – parafuso telheiro para telha de fibrocimento de 6mm;
- XVIII - Item 17 – telha de fibrocimento ondulado de 4mm;
- XIX - Item 18 – telha de fibrocimento ondulado de 6mm;
- XX - Item 19 – reservatório de água para 5 mil litros;
- XXI - Item 20 – reservatório de água para 10 mil litros;
- XXII - Item 21 – reservatório de água para 15 mil litros;
- XXIII - Item 22 – reservatório de água para 20 mil litros;
- XXIV - Item 23 – kit infantil;
- XXV - Item 24 – kit idoso; e
- XXVI - Item 25 – madeira para cobertura.